

**PÁG 2** Aneel abre consultas sobre monitoramento da alavancagem e garantias financeiras

**PÁG 4** Abraceel leva contribuições ao relator antes da abertura das consultas de segurança de mercado

**PÁG 5** Compare as propostas da Abraceel e CCEE sobre monitoramento da alavancagem

**PÁG 7** Capitalização da Eletrobras contribuirá para “ampliação sem custos” do mercado livre, diz Rodrigo Ferreira

**PÁG 10** Abraceel apresenta benefícios da abertura de mercado para MME, agentes do setor e parlamentares

**PÁG 13** Abraceel na Mídia

**PÁG 15** Curtas

**PÁG 20** E o Congresso?

**PÁG 21** Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## Aneel abre consultas sobre monitoramento da alavancagem e garantias financeiras

### Matéria em 1 minuto:

- Aprimoramento de regras de segurança de mercado entram em consulta pública até 23.05;
- Discussão simultânea dos temas não significa que a aprovação será concomitante, pois depende das contribuições recebidas dos agentes setoriais;
- Abraceel convocará em breve reunião do Grupo Técnico para discutir os assuntos.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Dois dos mais importantes temas para o fortalecimento da segurança do mercado de energia elétrica ganharam força no dia 05.04, durante a reunião pública da diretoria colegiada da Aneel, que aprovou a abertura de consultas públicas para colher contribuições para aprimorar o processo de monitoramento de alavancagem (CP 10/2022) e garantias financeiras (CP 11/2022) do mercado de curto prazo (MCP).

Na ocasião, o Diretor Relator dos dois processos, Efrain Cruz, reforçou que, por se tratar de temas delicados, as referidas consultas públicas possuem objetivo de receber contribuições dos agentes para posterior construção da minuta de resolução, que também será apreciada pelo público.

O detalhamento da Nota Técnica 40/21, que subsidia a discussão, foi disponibilizado na edição passada do [Relatório Semanal](#) da Abraceel.

Em complemento, o relator informou que a abertura das duas discussões de forma simultânea não significa que sua aprovação será concomitante, pois dependerá das contribuições enviadas pelos agentes nos processos de consultas públicas.

Durante a deliberação, o diretor Hélvio Guerra ponderou que entende que o aperfeiçoamento das garantias financeiras do MCP deve ser ponto secundário, a ser tratado somente depois da aprovação do novo regramento sobre monitoramento.

Na apresentação técnica, realizada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado (SRM), foi destacado que a proposta em discussão nas consultas públicas baseia-se unicamente na nota técnica elaborada pela CCEE.

A Aneel apenas destacou pontos para contribuição da sociedade, entre eles a necessidade de haver um “período sombra” para as novas diretrizes de monitoramento do mer-



cado de energia elétrica para só então, em sequência, avaliar-se a necessidade de alteração nas garantias financeiras do MCP, o que se coaduna com a proposta da Abraceel.



Outras informações relevantes ressaltadas pela Aneel se referem à diferenciação das obrigações de monitoramento por parte dos agentes, prazo único para implementação dos novos regramentos e contribuições sobre demais incentivos para o registro antecipado dos contratos na CCEE.

A Abraceel preparou uma tabela comparativa que facilita o entendimento entre a proposta de monitoramento da alavancagem da apresentada pela associação e aquela da CCEE, e também pontos destacados pela agência reguladora (ver matéria mais adiante).

O prazo para contribuições nas Consultas Públicas se encerra em 23.05 e em breve a Abraceel deverá agendar uma reunião do Grupo Técnico para discutir o tema.

## Abraceel leva contribuições ao relator antes da abertura das consultas de segurança de mercado

### Matéria em 1 minuto:

- Executivos da Abraceel tiveram a oportunidade de oferecer contribuições e apontamentos para Aneel e CCEE previamente à abertura das consultas públicas de monitoramento da alavancagem e garantias financeiras do MCP;
- Efrain Cruz ressaltou que os temas estão prontos para serem discutidos publicamente e que espera propostas dos agentes setoriais;
- Diretor da Aneel se comprometeu a promover nova conversa com a Abraceel antes de finalizar a discussão sobre o assunto.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

No dia 04.04, a Abraceel se reuniu com o Diretor da Aneel Efrain Cruz e com a Conselheira Roseane Santos da CCEE para discutir aspectos referentes à abertura das consultas públicas que tratam de regras de monitoramento da alavancagem e de garantias financeiras do mercado de curto prazo (MCP).

Na ocasião, a Abraceel externou que gostaria que a proposta feita pela associação sobre monitoramento da alavancagem pudesse ter sido considerada nas discussões públicas. Em resposta, Efrain Cruz ponderou que as sugestões são similares às da CCEE e a proposta da Abraceel está anexada ao processo e será levada em consideração na conclusão da consulta pública.

Rodrigo Ferreira informou que a Abraceel tentou reproduzir a proposta da CCEE de garantias financeiras, para avaliar o impacto no mercado, mas que isso não foi possível, dada a falta de detalhamento de alguns critérios.

O Presidente Executivo da Abraceel ainda reforçou a importância de a proposta de monitoramento de alavancagem ser implementada antes, de forma a permitir verificar a pertinência de alteração do regramento das garantias financeiras. A CCEE e área técnica da Aneel concordaram com o posicionamento da Abraceel.

O Diretor da Aneel reforçou que ainda não há definições por parte da agência reguladora e que o tema está pronto para ser discutido publicamente, mas não para ser finalizado, e que espera contribuições dos agentes setoriais. Ele comprometeu-se a realizar nova conversa com a Abraceel antes de finalizar a discussão sobre o tema.





## Compare as propostas da Abraceel e CCEE sobre monitoramento da alavancagem

Diante da decisão da Aneel de abrir uma consulta pública sobre monitoramento da alavancagem (CP 10/2022), a Abraceel produziu uma tabela comparativa para facilitar a compreensão entre as propostas da associação e as da CCEE, além de pontos de destaque da agência reguladora. Confira.

### PROPOSTAS DE MONITORAMENTO DE ALAVANCAGEM

<b>ABRACEEL</b>	<b>CCEE</b>	<b>Comentários ANEEL sobre proposta CCEE</b>
Monitorar a exposição de <b>todos os agentes</b> (geração, distribuição, comercialização e consumo).	Agentes <b>comercializadores</b> e de <b>geração que negociem mais de 5% da GF</b> do ativo no ACL, e <b>consumidores livres e especiais</b> .  Não serão solicitadas informações de agentes de distribuição e geradores que comercializem menos de 5% da GF no ACL.	Proposta da CCEE trata agentes de forma desigual, o que pode causar distorções.
<b>Exigências progressivas</b> , de acordo com os impactos que os agentes podem promover no mercado.  Agentes que apresentam baixa exposição podem ter exigências relaxadas, desde que operem dentro de limites que não impactem o mercado.	O agente deverá ter um Fator de Alavancagem menor ou igual a um múltiplo, sobre o qual a CCEE terá a prerrogativa de alterar.	Esperam contribuições sobre <b>previsão de obrigações/prazos distintos</b> , a depender do porte do agente, de forma não isonômica, o que deve estar atrelado à limitação dos montantes de venda para os comercializadores.
Regulação <b>prudencial</b> : Só os agentes possuem detalhes dos seus contratos.	Abordagem <b>prudencial</b> : serão entregues apenas os indicadores.	
A <b>Aneel aprova a metodologia</b> de cálculo de alavancagem.	CCEE pretende construir metodologia única para cálculo e quantificação de risco, <b>aprovada pela Aneel</b> .	
Fiscalização para inspeção aleatória de 10% dos agentes anualmente, <b>pela Aneel ou agente independente credenciado</b> .	Fiscalização para inspeção aleatória de, no mínimo, 10% dos agentes anualmente, <b>pela CCEE</b> .	
Os agentes serão <b>responsáveis pelos seus cálculos</b> e darão publicidade aos resultados, <b>publicando mensalmente</b> em site da Internet.	Os agentes serão <b>responsáveis pelos seus cálculos</b> , que deverão ser <b>publicados mensalmente</b> em página específica do agente e mantendo o histórico, bem como serão auditados trimestralmente.	





<b>ABRACEEL</b>	<b>CCEE</b>	<b>Comentários ANEEL sobre proposta CCEE</b>
Os agentes enviam <b>semanalmente</b> à CCEE seus valores de Medida de Exposição (posições em energia valoradas a preços de estresse, para <b>3 meses à frente</b> ), Medida de Capital ( <b>Capital Social</b> ) e Fator de Alavancagem.	Envio <b>semanal</b> do total da exposição comprada e vendida (iniciando com 3 meses a frente nos 6 primeiros meses, evoluindo para <b>6 meses à frente</b> ), exposição das 5 maiores contrapartes, cálculo da alavancagem (VaR e CVaR ou VaR e stress test), <b>total de ativos líquidos</b> e patrimônio líquido.	
A Medida de Capital pela apuração detalhada dos <b>ativos líquidos pode ser aprimorada posteriormente</b> . Os agentes enviariam diariamente seus cálculos.	CCEE já estipula <b>de início</b> a apresentação do total de ativos líquidos.	
Apoio ao <b>duplo flag</b> e ao <b>incentivo ao registro de contratos</b> .	Sugere a implementação do <b>duplo flag</b> , do exercício automático da flexibilidade contratual, e de <b>incentivos para antecipação do portfólio</b> , como a recomposição retroativa de lastro em caso de queda de contratos e reconhecimento público de adoção de boas práticas de segurança de mercado.	Deve-se buscar mecanismos que <b>induzam à antecipação de registro</b> de contratos no âmbito da CCEE.  Esperam contribuições sobre os demais incentivos de natureza regulatória que possam ser adotados pela Aneel.
Fundamental a <b>evolução da governança</b> : critérios robustos de sigilo e segurança da informação para os agentes, CCEE e Aneel.	Contínuo compromisso da CCEE com a <b>confidencialidade dos dados e sua proteção</b> , avaliando sistemas computacionais mais modernos e criação da Comissão de Auditagem.	
Dúvidas sobre a <b>competência da CCEE</b> para definir penalidades e deliberar sobre sua dosimetria, exercendo poder de polícia delegado por lei à Aneel.	Exemplificação de <b>condutas anômalas e gradação de sanções</b> de acordo com a gravidade da infração.	
Implementação de forma <b>progressiva</b> , incorporando diferentes cálculos e exigências ao longo do tempo.	Prazo de 12 meses como <b>período de transição</b> .  Cálculo de alavancagem para 3 meses à frente nos primeiros 6 meses, 4 meses à frente do 7º ao 9º mês, 5 meses à frente do 10º ao 12º mês e 6 meses à frente a partir do 13º mês.	Prazo único de 12 meses para que agentes se adaptem a todo o regulamento.
Iniciar as discussões sobre <b>garantias financeiras somente após o monitoramento</b> da alavancagem estar operacional.	É necessário obter os resultados do monitoramento prudencial para estabelecer os parâmetros das garantias financeiras, por isso a importância de se implementar a <b>operação sombra do monitoramento</b> .	Sugestão de um período de operação sombra durante a vacância de 12 meses para implantação da norma de monitoramento, para que então se defina <b>se a proposta de garantias financeiras da CCEE é adequada</b> .

Divergência

Convergência



## Capitalização da Eletrobras contribuirá para “ampliação sem custos” do mercado livre, diz Rodrigo Ferreira

### Matéria em 1 minuto:

- Abraceel foi convidada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para contribuir em evento organizado para esclarecer impactos da desestatização da Eletrobras;

- Para a Abraceel, um dos benefícios será transferir do regime de cotas para o de produção independente um volume significativo de contratos de energia, retirando do consumidor o risco hidrológico que ele não é capaz de gerir;

- Rodrigo Ferreira ainda pontuou a preferência pelo modelo de formação de preços por custo via modelos computacionais e o impulso que o mercado livre tem dado para a expansão da oferta de energia.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Diante da importância do processo de capitalização da Eletrobras para a expansão do mercado livre de energia elétrica brasileiro, Rodrigo Ferreira foi convidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para ser debatedor do evento Diálogo Público – Modelo de Capitalização da Eletrobras, realizado no dia 07.04 para avaliar, ao lado de outros especialistas, o processo de modelagem da desestatização da estatal federal.

Os ministros Paulo Guedes (Economia) e Bento Albuquerque (Minas e Energia), além dos ministros Bruno Dantas, Benjamin Zymler e Aroldo Cedraz, do TCU, estiveram presentes, entre outros debatedores, como o presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp. Cedraz é o relator do processo no TCU e, sem indicar data, afirmou que a modelagem da capitalização da estatal será avaliada “em breve” no plenário do tribunal.



## Riscos e oportunidades

Questionado pelo moderador do evento, o jornalista Daniel Rittner, do Valor Econômico, sobre os riscos e as oportunidades que a capitalização da Eletrobras traz para o ambiente de livre contratação, Rodrigo Ferreira disse que a capitalização contribuirá para ampliar o acesso ao mercado livre, sem impor prejuízos às distribuidoras e sem custos aos consumidores.

Explicou que um dos pontos positivos é retirar do regime de cotas um volume significativo de energia que acabou alocando o risco hidrológico ao consumidor, agentes passivos que, ao contrário das geradoras, não tem como adotar estratégias para reduzir ou administrar tal risco.



O risco hidrológico, disse o Presidente Executivo da Abraceel aos ministros do TCU e demais participantes do evento, custou R\$ 100 bilhões aos consumidores nos últimos 10 anos, segundo dados da própria Eletrobras.

Ferreira pontuou que transferir do regime de cotas para o de produção independente a energia elétrica das usinas da Eletrobras vai contribuir significativamente para reduzir o volume de contratação de energia das distribuidoras e, assim, consequentemente, permitir que a expansão do acesso ao mercado livre de energia ocorra sem prejuízos financeiros para as distribuidoras e consumidores, mencionando em seguida estudo da Abraceel que identificou que o custo da exposição involuntária das concessionárias pode ficar restrito a R\$ 0,05/MWh em média até 2035, custo largamente compensado pelos benefícios gerados pela adesão ao mercado livre, de R\$ 210 bilhões até 2035.

Explicou ainda que a contratação das distribuidoras pode ser reduzida a dois terços do total atual com decisões governamentais sobre contratos vincendos envolvendo Itaipu, Eletrobras e térmicas em fim de contratos, o que evitará penalizar o consumidor.

Na última intervenção, comentando abordagens dos demais debatedores sobre modelo de formação de preços, expansão da oferta de energia e projetos estruturantes,



Rodrigo Ferreira apresentou três esclarecimentos sobre a realidade do mercado livre de energia e do PL 414/2021.

### **Formação de preços**

O PL 414/2021 não estabelece que o modelo de formação de preços será por oferta. A minuta do relatório apresentado de forma extraoficial aponta que estudos ainda precisam ser feitos. A Abraceel considera que o melhor é a manutenção do modelo atual de formação de preços por modelos computacionais, que precisam ser calibrados para que o planejamento seja mais bem acoplado com a operação em tempo real. Esses são os esforços neste momento, para que o desacoplamento percebido hoje seja reduzido.

### **Expansão da oferta**

O mercado livre, atualmente, dá a direção para a expansão da capacidade de geração de energia. Hoje, 83% da expansão prevista na oferta de energia no Brasil está contratada no mercado livre, viabilizada graças a debêntures, financiamento privado e ao BNDES, que há anos fez uma reavaliação e instituiu um PLD e Preço de Suporte, criando um ambiente para o mercado livre viabilizar a expansão. A expansão da geração via mercado livre beneficiou, inclusive, a cadeia industrial de energia eólica, pois essa indústria investiu para atender requisitos de nacionalização da fabricação de equipamentos, mas não encontrou demanda nos leilões do mercado cativo.

### **Projetos estruturantes**

O mercado livre também foi fundamental para dar viabilidade aos projetos estruturantes de usinas hidrelétricas. Só foi possível viabilizá-los financeiramente porque um terço da energia foi direcionada ao mercado livre a preços de mercado, bastante superiores aos preços estabelecidos para a compra das distribuidoras nos leilões. Então, o que viabilizou essas usinas foi o mercado livre, porque “a “tarifa patriótica” de retorno não fazia esses projetos ficarem de pé”, complementou Rodrigo.

A íntegra do evento está disponível [aqui](#).



## Abraceel apresenta benefícios da abertura de mercado para MME, agentes do setor e parlamentares

### Matéria em 1 minuto:

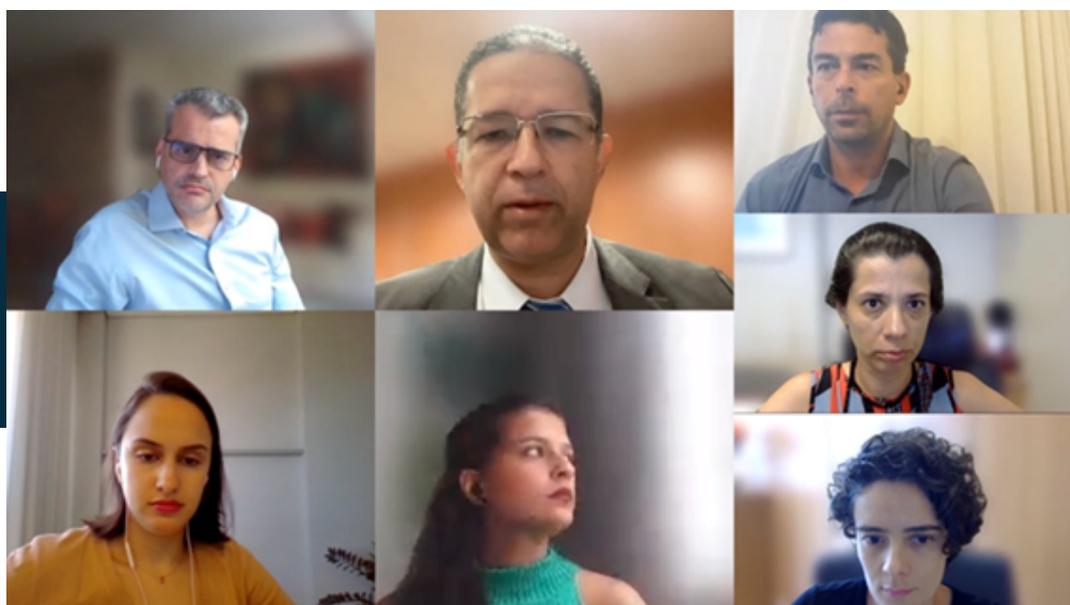
- Encontro com Ministério de Minas e Energia contou com o Secretário de Energia Elétrica, Christiano Vieira, e a Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios, Agnes da Costa, além de equipes da pasta;

- Novas audiências com parlamentares possibilitaram explicar benefícios econômicos e financeiros da portabilidade da conta de luz para deputados federais Lafayette Andrada (Republicanos-MG), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e Fernando Filho (União-PE);

- Lideranças setoriais que integram o Fórum de Associações do Setor Elétrico também puderam conhecer em detalhes e tirar dúvidas dos trabalhos recém-divulgados pela Abraceel.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**



No dia 04.04, a Abraceel se reuniu com o Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Christiano Vieira, a Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do MME, Agnes da Costa, e integrantes das suas equipes, para apresentar os resultados de dois estudos realizados pela associação calculando benefícios da abertura do mercado.

Rodrigo Ferreira ponderou sobre os objetivos e a metodologia que lastreia os estudos,



indicando os cuidados para que as análises oferecessem contribuições para a reflexão dos tomadores de decisão e dos formadores de opinião a respeito dos impactos previstos com a abertura completa do mercado de energia elétrica no Brasil.

Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, descreveu detalhes da metodologia, das bases de dados utilizadas e dos resultados objetivos.

Um dos estudos quantificou os benefícios da abertura do mercado de energia para todos os consumidores, considerando a estimativa de redução de custos com a aquisição de energia no mercado livre e seus impactos na geração de empregos e redução da inflação.

O mercado livre, de acordo com a apuração da Abraceel, pode gerar até 2035, R\$ 210 bilhões de redução nos gastos com energia elétrica, 642 mil empregos e um desconto médio de até 27% na compra de energia. O estudo completo está acessível [aqui](#).

O segundo estudo apurou o impacto da abertura nos contratos de longo prazo das distribuidoras, assunto que foi ao encontro de apontamento do secretário Christiano Vieira, que demonstrou preocupação com a exposição involuntária e do tratamento dado à energia proveniente da revisão do acordo de Itaipu.

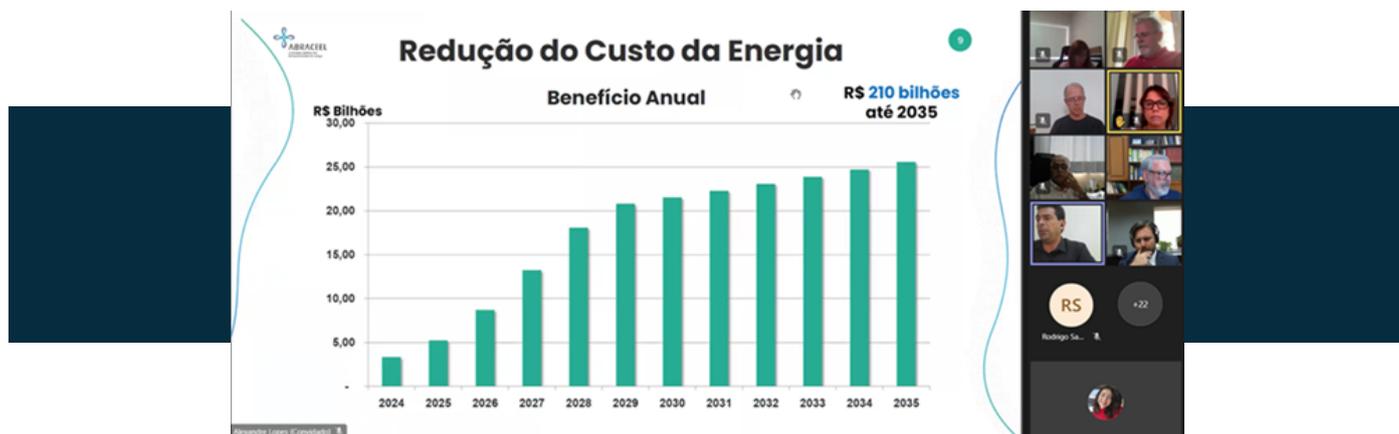
Esse [estudo](#) quantificou financeiramente o resultado negativo ou positivo de eventual sobrecontratação involuntária das distribuidoras frente ao cronograma previsto na versão final do PLS 232/2016, aprovado pelo Senado Federal, para a abertura do mercado de energia.

O trabalho mostra que a abertura, a partir de janeiro de 2024 para a alta tensão e de janeiro de 2026 para a baixa tensão, conforme propõe a Abraceel considerando a descotização de Itaipu, legaria às distribuidoras sobras de contratos de energia em montantes pequenos, o que eventualmente poderia gerar um encargo estimado em apenas R\$ 0,05/MWh na média até 2035, que seria largamente compensado pelos benefícios gerados com a abertura, de R\$ 210 bilhões em redução de custos com a aquisição da energia.

Rodrigo Ferreira ainda pontuou que o cálculo é conservador, pois não considera os mecanismos de gestão de portfólio à disposição das distribuidoras, e que nem toda sobra de contratos de energia gera prejuízo, pois o resultado final da equação pode ser vantajoso para o consumidor, caso o preço de liquidação dos contratos ao valor do PLD vigente no período seja maior do que o preço médio de aquisição da energia por parte das distribuidoras.

Os representantes do MME parabenizaram e agradeceram o trabalho da Abraceel, enfatizando que eles enriquecem o debate e esclarecem questões relevantes e também solicitaram os dados utilizados para a elaboração dos estudos para que a equipe ministerial possa analisar com mais detalhamento os resultados.





**Agentes do setor elétrico** – Além das autoridades ministeriais, os resultados dos estudos da Abraceel foram também apresentados com mais detalhamento aos agentes do setor elétrico em reunião do Fórum de Associações do Setor Elétrico (Fase) no dia 07.04. O Vice-Presidente de Energia da Abraceel, Alexandre Lopes, conduziu a apresentação e enfatizou os efeitos positivos para a sociedade com a portabilidade da conta de luz, dando especial atenção aos critérios e metodologia que embasaram os cálculos.

O encontro contou ainda com apresentações de Celso Cunha, da Abdan (energia nuclear), sobre pequenos reatores modulares; de André Osorio, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, sobre sistema de informações energéticas; de Marcelo Moraes, da Abiape, sobre o cenário político, e de Donato Silva, da Volt Robotics, sobre o processo de elaboração da cartilha para eleições 2022 para os integrantes do Fórum.

Houve ainda, no dia 07.04, um encontro específico com Victor Iocca, diretor de energia elétrica da Abrace, para debater os resultados dos estudos desenvolvidos pela Abraceel sobre os benefícios da abertura do mercado. Na ocasião, outros temas relevantes para o setor também foram abordados, como os encargos de sobrecontratação, o cronograma de abertura e garantia física.

### Interlocução com parlamentares segue no Congresso Nacional

No dia 06.04, a Abraceel se reuniu com os deputados federais Lafayette Andrada (Republicanos-MG), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e Fernando Filho (União-PE) para debater o PL 414/2021, que tramita na Câmara dos Deputados e que dispõe sobre a portabilidade na conta de luz.

Em todas as ocasiões, os executivos da Abraceel mostraram as conclusões de estudos recentes elaborados pela Associação, que revelam benefícios da abertura do mercado de energia para a redução de custos, geração de empregos e desaceleração da inflação. Os parlamentares indicaram posição favorável à abertura irrestrita do mercado livre de energia.

A expectativa é de que o PL 414/2021 tenha seu pedido de urgência votado nos próximos dias.





# ABRACEEL NA MÍDIA

## Um choque na economia

» RODRIGO FERREIRA  
Presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)

A sociedade está relativamente alheia a uma das mais importantes reformas da nossa economia, a do setor elétrico. Preses a ser aprovada no Congresso Nacional, ela apresenta perspectiva de impactar significativamente a vida e o bolso

Essa escalada nas tarifas reguladas de energia tem sido percebida pela sociedade. Desde 2015, entre 80% e 90% dos brasileiros vêm indicando, ano após ano, que o preço da energia está caro ou muito caro, segundo pesquisas anuais conduzidas pelo Ibope e Datafolha. Além disso, é recorde a vontade da população de poder escolher o seu fornecedor de energia, pois 8 em cada 10 brasileiros desejam a portabilidade da conta de luz.

É importante ressaltar que as distribuidoras continuarão a entregar eletricidade para cada consumidor. Já a energia elétrica propriamente dita poderá ser comprada de centenas de comercializadoras existentes em um ambiente competitivo.

Atualmente, há apenas 10 mil consumidores no mercado livre de ener-

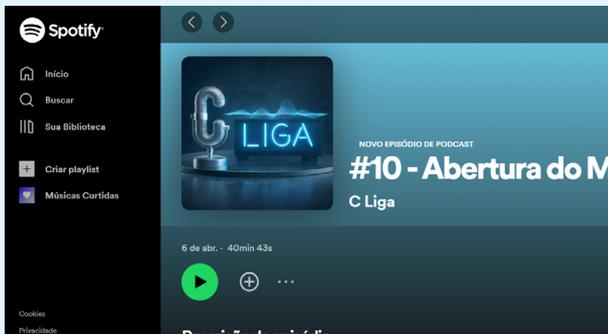
Estabelecer um cronograma exequível para abertura do mercado livre é uma das poucas coisas que o setor elétrico brasileiro após anos de debates, alguns da ordem

Os números mostram um mercado irrestrito ao ambiente de atuação de energia para milhares de brasileiros trará benefícios sociais significativos, a diminuir custos, gerar empregos e aumentar a produtividade e a inflação. Os avanços na criação de um novo mercado no Brasil vão impulsionar a criação de mais empresas e empregos, enfrentando sem sucessos os torcionismos contábeis atualmente, que é a escala

## UM CHOQUE NA ECONOMIA

### I CORREIO BRAZILIENSE - JORNAL IMPRESSO

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



## #10 - ABERTURA DO MERCADO DE ENERGIA

### I C Liga - Podcast

[Ouça o Podcast clicando aqui.](#)



## ENERGIA: EXPECTATIVA PELA AMPLIAÇÃO DO MERCADO LIVRE

### I Diário do Nordeste

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



## BOLSONARO ANUNCIA DESCONTO NA CONTA DE LUZ PARA CONSUMIDORES

### I R7 Brasília

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



# ABRACEEL NA MÍDIA



**MERCADO DIZ QUE CAPITALIZAÇÃO DA ELETROBRAS EM MAIO ATRAIRÁ MAIS INVESTIMENTOS**

**I Agência CMA**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**ELETROBRAS SERÁ 'A MESMA' CASO PRIVATIZAÇÃO NÃO TENHA SUCESSO, DIZ NELSON HUBNER**

**I Mega What**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





## CURTAS

### Pauta Aneel: Resultado das CPs de critérios de autorização e garantias do MVE

Serão tratados na reunião de Diretoria Aneel do dia 12.04 os resultados das Consultas Públicas (i) 46/2021, sobre garantias do MVE, e (ii) 51/2021, sobre os critérios de entrada, permanência e saída de agentes no mercado de energia. Neste último, a Abraceel fará sustentação oral pedindo que a proposta de segregação de comercializadores em duas categorias, tipos 1 e 2, não seja implementada.

### CPAMP atualiza governança incluindo propostas da Abraceel

No dia 06.04, foi publicada a Portaria MME 637/22, que versa sobre a governança da CPAMP. A Portaria é resultado da Consulta Pública MME 99/20, em que a Abraceel contribuiu solicitando a divulgação das principais decisões da comissão em até 24h, a participação dos agentes em todas as reuniões, e antecedência de, no mínimo, seis meses para a implementação de mudanças. A nova portaria detalha as competências da CPAMP e estabelece que as reuniões ordinárias serão realizadas mensalmente, em vez de trimestralmente, e que a cada quatro meses serão convidados a participar de reuniões, específicas e sem direito a voto, associações e agentes setoriais. Além disso, o MME deverá divulgar o cronograma de atividades proposto pela CPAMP até 31.08 de cada ano, após discussão pública para de-

finição das atividades, ponto também defendido pela Abraceel. Por fim, poderão ser constituídos cinco grupos de trabalho – o limite anterior era três – e o regimento interno da comissão deve ser publicado em até 90 dias da publicação da portaria. Para mais informações [acesse](#).

### Um ano de Lei do Gás: Seminário analisa legado e oportunidades

No dia 11.04, entre 10h e 16h30, no Hotel Vidam, em Aracaju, Sergipe, acontecerá o seminário sobre o primeiro ano de vigência da Lei do Gás (Lei 14.134 de 8 de abril de 2021), que promoveu mudanças e transformações nos diversos segmentos no mercado de gás natural no Brasil. O vice-presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel e coordenador-geral do Fórum do Gás, Bernardo Sicsú, além de debatedor, participará de homenagem que será oferecida ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e ao deputado federal Laércio Oliveira, relator do projeto de lei na Câmara dos Deputados, em reconhecimento aos esforços para a aprovação do novo marco regulatório. A programação completa do evento está na imagem acima. O evento será híbrido, com inscrição para participação presencial pelo [link](#) e transmissão pelo canal da agência de notícias EPBR no YouTube - [Painel 1](#) e [Painel 2](#).



## Revisão da carga: aumento de 1,7% em 2022

No dia 06.04, a Gerência Executiva de Preços, Modelos e Estudos Energéticos da CCEE realizou workshop sobre a 1ª revisão quadrimestral das previsões de carga. Na reunião, CCEE, EPE e ONS informaram que a carga de energia em 2022 deve apresentar um aumento de 1,7% em relação a 2021, atingindo o valor de 70,739 MWmed. Para o horizonte de 2022 até 2026 é esperado um aumento na carga de 3,4%, pretendendo-se atingir 80,818 MWmed. Para as projeções foram consideradas premissas importantes a curto prazo, como o agravamento da pandemia por consequência do surgimento de novas variantes, a guerra entre Rússia e Ucrânia e a inflação brasileira. As premissas podem ser encontradas na [Íntegra](#). A energia elétrica é apresentada como um fator de pressão inflacionária, cabendo lembrar que tal efeito poderia ser mitigado com a abertura do mercado livre, como mostrou [estudo](#) da Abraceel. As revisões discutidas no workshop só serão utilizadas a partir do PMO de maio.

## Assembleias da CCEE foram convocadas para dias 11 e 19 de abril

A CCEE irá realizar sua 69ª Assembleia Geral Extraordinária no dia 11.04, às 13h, de forma virtual, para deliberar a contratação do financiamento da Conta de Escassez Hídrica. Além disso, no dia 19.04, às 13h, será realizada a 23ª Assembleia Geral Ordinária da Câmara, para deliberação das demonstrações financeiras referentes ao ano de 2021. Os agentes inadim-

plentes não poderão participar ou votar nas Assembleias. Para mais informações, entre em contato com a Central de Atendimento: 0800-881-2233 ou atendimento@ccee.org.br.

## Para indústrias na Paraíba, Abraceel apresenta benefícios e perspectivas da portabilidade

O evento Energia e Cidades, na Paraíba, contou com a presença de Rodrigo Ferreira, André Pepitone, Diretor-Geral da Aneel, Larissa Almeida, secretária de Ciência e Tecnologia de Campina Grande e Luiz Fernando Manzano, executivo da 2W Energia. A Abraceel apresentou, para um público de empresários e especialistas da indústria regional, panorama da abertura do mercado, perspectivas da tramitação do PL 414/2021 e benefícios da portabilidade da conta de luz para todos os brasileiros na forma de geração de empregos, renda e inflação. Já o DG da Aneel abordou aspectos do mercado livre no Brasil, seus benefícios e evolução, contextualizando que o mercado está para se transformar e que a tecnologia vai empoderar o consumidor.



## Projeto Enel: Rota para a Transição Energética

No dia 05.04, a associada Enel apresentou para o Grupo Técnico da Abraceel o projeto intitulado “Rota para a Transição Energética”. O objetivo do projeto é desenvolver um estudo com visão de médio (2030) e longo prazos (2050) que permita quantificar tanto os custos, como os benefícios econômicos de se acelerar a transição energética no país, contribuindo com recomendações de políticas públicas que permitam cumprir a Contribuição Nacional Determinada (NDC) fixada para o Brasil e alcançar a neutralidade de carbono em 2050. A ideia é apresentar ao governo um relatório com as principais recomendações no fim do ano. Para tanto, serão realizados workshops para colher contribuições. O primeiro será realizado no dia 28.04, às 9h, com [inscrições abertas](#).

Os participantes com inscrição confirmada receberão um link com convite para responder a uma pesquisa que tem por objetivo de captar percepções sobre o tema transição energética. A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.



## Cemig lança edital para compra de energia incentivada

Por meio de edital de chamada pública, a associada Cemig deu publicidade a sua intenção de adquirir projetos e empreendimentos associados à energia elétrica incentivada, visando viabilizar a implantação e operação de parques eólicos e solares que estejam alinhados ao planejamento estratégico empresarial da empresa. A manifestação de interesse pode ser realizada até o dia 14.06 e os critérios para participação estão descritos no edital. Para mais informações clique [aqui](#).

## PDE 2031 prevê R\$ 3,2 trilhões de investimento em energia até 2031

No dia 06.04, a Abraceel compareceu ao evento de lançamento do Plano Decenal de Energia 2031 (PDE 2031), realizado pelo Ministério de Minas e Energia, que contou com a presença do ministro da pasta, Bento Albuquerque. O documento, elaborado com apoio da EPE, indica as perspectivas da expansão do setor de energia no horizonte de dez anos (2022 a 2031). Em uma visão integrada para os diversos segmentos energéticos, o plano estima a necessidade de investimentos de R\$ 3,2 trilhões até 2031, com a recuperação da economia e manutenção do elevado nível de fontes renováveis nas matrizes energética e elétrica nos próximos anos. O documento completo pode ser acessado [aqui](#).



## CMSE revoga despacho fora da ordem de mérito e elimina bandeira de escassez hídrica

No dia 06.04, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu em caráter ordinário, quando avaliou as condições de suprimento elétrico nacional. De acordo com o cenário apresentado pelo ONS, foi decidida a revogação da autorização do acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito. Na reunião, também foram avaliadas projeções da Aneel relativas à arrecadação da bandeira de escassez hídrica. Nesse ponto, conforme possibilita a Resolução 3/2021 da CREG e considerando a melhora das condições hidrológicas, o CMSE deliberou pela interrupção antecipada da cobrança dessa bandeira a partir de 16.04.

## Energisa, agora re(energisa), tem Leandro Issao como diretor de Comercialização

A associada Energisa anunciou a mudança de nome para (re)energisa e a chegada de Leandro Issao Tsunehiro para o cargo de diretor de Comercialização de Energia. Leandro tem mais de 20 anos de experiência no setor elétrico e acumula passagens pelas áreas de distribuição, geração e comercialização em empresas como AES Eletropaulo, CCEE, Queiroz Galvão Energia e CESP. A atividade do grupo priorizará três frentes, visando viabilizar o crescimento da base de clientes e volume de energia comercializada: ampliação e diversificação do portfólio de energia, desenvolvimento de novos produtos alinhados com as novas demandas dos clientes e eficiência operacional na atividade de trading.



## CNPE aprova diretrizes para a transição do Novo Mercado de Gás

Em reunião no dia 07.04, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou diretrizes e aperfeiçoamentos das políticas públicas afetas à transição para um mercado concorrencial de gás natural, objetivo do Programa Novo Mercado de Gás. Segundo nota no site do MME, a nova Resolução CNPE estabelece medidas complementares para promover um ambiente estável e atrativo para a realização de negócios, reduzindo incertezas durante o período de transição para o novo modelo de mercado. A nova Resolução ainda não foi divulgada e aguarda assinatura do presidente da República para ser publicada. Na mesma reunião, o CNPE também aprovou a criação de um grupo de trabalho para elaboração do plano para viabilizar a recuperação dos reservatórios de regularização do SIN. O prazo para finalização dos trabalhos é 31.05.

## Curso de Negociação da Head Energia com desconto para associadas Abraceel

A escola Head Energia irá promover o curso "Negociação – como obter bons resultados de forma consistente" com foco em exercícios interativos e vivências de negociação, e visa desenvolver estratégias,

táticas e ferramentas para negociação, bem como lidar com conflitos, pressão e tensão em momentos críticos. As inscrições podem ser feitas pelo [link](#) até dia 28.04 e as associadas da Abraceel tem desconto entrando em contato pelo e-mail contato@headenergia.net. O curso acontecerá nos dias 3, 5, 10 e 12 de maio, das 19h às 21h e as aulas ao vivo serão gravadas e ficarão disponíveis por 6 meses.



**Curso**  
**Negociação – como obter bons resultados de forma consistente**

Parceria entre:

 & 

**Inscrições até 28 de abril !** Curso ao vivo e gravação disponível por 6 meses

@headenergia



**Primeira semana de trabalho após o fim da janela partidária.** O centrão saiu fortalecido no período de trocas partidárias, o que conta como ponto favorável para a reeleição do presidente Bolsonaro. Já sabemos quem serão os próximos nomes da Aneel. Só falta saber quando o PL 414 vai ser efetivamente aprovado...

### Senado sabatina diretores da Aneel

O Senado Federal fez um esforço concentrado na última semana para vencer a sabatina dos diretores indicados para as agências reguladoras. Sandoval Feitosa, Hélivio Guerra, Fernando Mosna, Agnes da Costa e Ricardo Tili foram aprovados para ocupar os cargos de diretor-geral e das demais diretorias da Aneel, respectivamente.

Sandoval Feitosa e Hélivio Guerra já são diretores da Agência, e Agnes é chefe da assessoria de assuntos regulatórios do MME. Ricardo Tili já foi advogado da CERON, teve passagem pela Energisa e Eletronorte, e também atuou como diretor comercial da Uzzienergy, associada da Abraceel. Fernando Mosna trabalha na assessoria do senador Marcos Rogério, onde acompanha as discussões da portabilidade no âmbito do PLS 232/2016 e outros assuntos do setor elétrico.

### E o PL 414?

Já era esperado que nesta semana não houvesse avanços em relação ao 414. Os parlamentares voltaram suas atenções a Brasília após o fim da janela partidária, mas há expectativa para apresentação e deliberação do requerimento de urgência ainda em abril. Confira na matéria “Abraceel apresenta benefícios da abertura de mercado para MME, agentes do setor e parlamentares” mais informações da atuação da associação no Legislativo durante a semana.

### Relator do PL 1917 na Câmara toma posse no Senado

O ex-deputado Fábio Garcia (União-MT), que relatou o PL 1917 de 2015 ainda na gestão do deputado Fernando Filho como ministro de Minas e Energia, assumiu vaga no Senado na última quarta-feira, na condição de suplente do senador Jayme Campos, que está licenciado. De acordo com o Senado, a licença do senador Jayme finaliza dia 29 de julho.



## Deputados retornam para trabalhos presenciais

Embora na próxima semana (11 a 15 de abril) ainda permaneçam as reuniões virtuais, na semana que começa no dia 18 será obrigatória a presença dos deputados na Câmara, conforme determinação do presidente Arthur Lira.

## Senado quer debater Itaipu

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado aprovou requerimento de audiência pública para tratar do anexo C do Tratado de Itaipu. Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, Ministério das Relações Exteriores e o Embaixador do Paraguai no Brasil estão entre os convidados da audiência, cuja data ainda não foi definida.

## Troca na Petrobras

Adriano Pires e Rodolfo Landim abriram mão da presidência da Petrobras e da presidência do Conselho da Companhia. José Mauro, que já ocupou os cargos de Secretário de Petróleo do MME e de diretor da EPE, será o novo presidente e Marcio Weber, membro do Conselho de Administração da empresa, deve assumir a presidência do Conselho. A decisão precisava ser tomada com a brevidade possível dada a assembleia de acionistas com data para o próximo dia 13.



 **PRÓXIMA  
SEMANA**

**11.04 – Segunda-feira:** Bernardo Sicsú, vice-presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, participa do seminário sobre o 1º ano da Lei do Gás, em Aracaju, às 10h;

Abraceel participa do Workshop do GT Metodologia da Cpamp, às 14h;

Abraceel se reúne com Gustavo Mendanha, candidato ao governo do Goiás, para falar sobre o mercado livre, às 17h.

**12.04 – Terça-feira:** Abraceel participa de almoço da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, às 12h30;

Conselho de Administração da Abraceel se reúne às 17h, com participação do CEO da Vibra Energia, Wilson Ferreira Jr. A pauta e os dados de acesso foram encaminhados aos representantes por e-mail no dia 07.04.

**13.04 - Quarta-feira:** Abraceel se reúne com Daniel Silveira Barreto, novo superintendente da área de energia do BNDES, para apresentação do Presidente Executivo da Associação, Rodrigo Ferreira, às 16h.